

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80
NIRE: 4230000949-1
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

Conforme divulgado em Fato Relevante, no mês de março do ano de 2018 houve alteração no controle acionário da Companhia. Em decorrência disso, as ações ordinárias da Companhia foram objeto de Oferta Pública registrada na CVM em 04 de outubro de 2018 sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2018/003, tendo a B3 autorizado a realização da operação em seu Sistema Eletrônico de Negociação em 03 de outubro de 2018. O encerramento da OPA aconteceu no mês de novembro de 2018.

Continuidade operacional

A companhia apurou prejuízos no ano de 2018, no montante de R\$ 11.442, sendo que o saldo de prejuízos acumulados em 2018 é de R\$ 333.726 (R\$ 324.597 em dezembro de 2017). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 312.806 (R\$ 303.497 em 31 de dezembro de 2017). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debentures.

Assim, em 2017 a Companhia iniciou os passos no árduo caminho do seu equacionamento financeiro:

Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa nº 28. No ano de 2018, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários.

Já em relação às principais dívidas financeiras, a empresa implementou em 28 de fevereiro de 2019 uma importante decisão que há muito vinha sendo estudada. Todos os detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 30 – Eventos Subsequentes.

A reversão do atual cenário (passivo a descoberto), depende do sucesso destas estratégias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2019.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 26 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Reauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2017).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

i) Caixa e bancos conta movimento: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um

único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS VIGENTES E NÃO VIGENTES PARA O ANO DE 2018

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB:

- a) Normas aplicáveis a partir de 2018:
 - a. IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 - introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros.
 - i. Este IFRS não produz efeitos nos demonstrativos da Companhia.
 - b. IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014 - tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente.
 - i. Esta norma foi aplicada e seus efeitos estão descritos na Nota 23.
- b) Norma aplicável a partir de 2019: A Companhia não sofrerá impacto nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação das novas normas
 - a. IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016.
 - i. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	11	7	11	7
Bancos conta movimento	65	10	839	76
Aplicações financeiras	11	5	11	5
TOTAL	87	22	861	88

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Controladora e Consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	27.662	28.548
(-) Provisão para perdas	(7.652)	(9.238)
(-) Receitas não realizadas	(2.302)	-

IFRS 15		
(-) Ajuste a valor presente	(210)	(200)
TOTAL	17.498	19.110

b) Aging List

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	583	6,7%	6.209	32,7%
31 - 60 dias	34	0,4%	3.810	20,1%
61 - 90 dias	44	0,5%	2.309	12,2%
Acima de 90 dias	8.037	92,4%	6.636	35,0%
TOTAL	8.698	100%	18.964	100%

7. ESTOQUES

a) Controladora e Consolidado

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	12.505	11.483
Produtos em elaboração	8.835	7.978
Materiais diretos	3.763	4.105
Materiais de consumo	1.962	2.738
Importação em andamento	951	1.470
TOTAL	28.016	27.774

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas relevantes sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR - Controladora e Consolidado

a) Circulante

	31/12/2018	31/12/2017
IPI	10	10
ICMS	172	188
PIS/COFINS	130	145
Outros	13	-
TOTAL	325	343

b) Não circulante

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
COFINS (multa)	293	549
PIS/COFINS	632	750
ICMS	125	242
TOTAL	1.050	1.541

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Ativo não circulante

	<u>31/12/2018</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2017</u>
Marinha Mercante	295	295	295	295
Processos trabalhistas	132	136	132	136
IRPJ	-	-	-	26
Outros	26	33	26	34
TOTAL	453	464	453	491

b) Passivo não circulante – Controladora e Consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Processos trabalhistas	132	136
TOTAL	132	136

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2018, a situação na **Controladora** era a seguinte:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	523	591

Contribuição Social sobre Lucro Líquido	188	213
SUBTOTAL	711	804
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(523)	(591)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(188)	(213)
SUBTOTAL	(711)	(804)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	0	0

No ano de 2018 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de (R\$ 93 mil) referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2018, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	523	591
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	188	213
SUBTOTAL	711	804
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(819)	(887)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(295)	(320)
SUBTOTAL	(1.114)	(1.207)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(403)

11. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2018 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.650 mil (31/12/2017 – R\$ 3.900 mil).

	<u>31/12/2017</u>	<u>Transf. p/ imob.</u>	<u>31/12/2018</u>
Máquinas e equipamentos	3.900	(250)	3.650
Total	3.900	(250)	3.650

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.

	Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
RenauxView Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	786	645	141	123

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Renauxview Ltda.	1.616	1.079	-	-

	Receitas		Despesas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Renauxview Ltda.	-	-	300	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

13. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2018		31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.027	-	54.027	54.027	56.076
Imóveis	33.061	(2.361)	30.700	31.455	30.700
Máquinas de Grande Porte	74.643	(47.131)	27.512	30.273	27.512
Veículos	1.087	(814)	273	307	273
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.046	(8.312)	1.734	1.840	1.734
Outras Imobilizações	2.083	(1.628)	455	588	455
Imobilizado em andamento	30	-	30	360	30
Adiantamento a fornecedores	290	-	290	-	290
TOTAL	175.267	(60.246)	115.021	118.850	117.070

Taxas médias de depreciação/amortização

Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%
Direitos de Uso	20,0%

13.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Terrenos	54.027	-	-	-	54.027
Imóveis	33.036	7	-	18	33.061
Máquinas de Grande Porte	74.134	308	(29)	231	74.644
Veículos	1.038	49	-	-	1.087
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.548	248	(20)	270	10.046
Outras Imobilizações	2.074	65	(56)	-	2.083
Imobilizado em andamento	360	194	(6)	(519)	29
Adiantamento a fornecedores	-	317	(27)	-	290
TOTAL	174.217	1.188	(138)	-	175.267

13.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Imóveis	(1.581)	(780)	-	-	(2.361)
Máquinas de Grande Porte	(43.861)	(3.270)	-	-	(47.131)
Veículos	(731)	(83)	-	-	(814)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(7.708)	(631)	27	-	(8.312)
Outras Imobilizações	(1.486)	(197)	55	-	(1.628)
TOTAL	(55.367)	(4.961)	82	-	(60.246)

14. INTANGÍVEL – Controladora e Consolidado

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	2.023	(1.400)	623	703
Software em Andamento	1.777	-	1.777	1.777
TOTAL	3.800	(1.400)	2.400	2.480

14.1. Movimentação do custo corrigido

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Direitos de Uso	1.750	273	-	-	2.023
Software em Andamento	1.777	-	-	-	1.777
TOTAL	3.527	273	-	-	3.800

14.2. Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Direitos de Uso	(1.046)	(373)	19	-	(1.400)
TOTAL	(1.046)	(373)	19	-	(1.400)

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/012/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários	875	877	877	879
Provisão para férias	2.501	2.467	2.509	2.474
INSS e CPRB	1.158	8.552	1.160	8.554
INSS (em compensação MP 470)	8.514	8.265	8.514	8.265
FGTS	214	402	215	402

FGTS parcelado	38	173	38	173
Salário educação - FNDE	130	285	130	285
SESI	78	171	78	171
SEBRAE	31	68	31	68
SENAI	249	252	249	252
Parcelamento - Leis 11.941/09	1.667	1.838	1.667	1.838
Outros	38	37	38	37
TOTAL	15.493	23.387	15.506	23.398

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	508	243	508	243
ICMS parcelamento	962	701	962	701
ICMS - PRODEC	34.138	33.493	34.138	33.493
IPTU	10.485	8.844	10.485	8.844
ISS retido	13	11	13	11
IRRF	2.473	1.035	2.473	1.035
PIS/COFINS (comp. MP 470)	7.507	7.287	7.507	7.289
PIS/COFINS/CSLL	16	8	21	8
Parcel. Ordinário CPRB RFB	1.366	-	1.366	-
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	157	-	157	-
Parcel. Previdenciário PGFN	199	-	199	-
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	798	762	798	762
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	1.222	2.470	1.222	2.470
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	3.681	7.429	3.681	7.429
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	676	757	676	773
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	16	17	16	17
(-)Tributos Receita não Realizada IFRS 15	(519)	-	(519)	-
TOTAL	63.698	63.057	63.703	63.075

<u>Parcelamento</u>	<u>Parcelas</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Parcel. Ordinário CPRB RFB	145	ago/17	jan/30
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23

Parcel. Previdenciário PGFN	60	out/18	set/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	jan/30
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29

Índice de atualização: SELIC

b) Não Circulante – Controladora e Consolidado – Parcelamentos de Tributos Federais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Parcelas</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Lei 11941/09 PGFN	3.325	3.838	180	nov/09	out/24
Lei 11941/09 Sesi/SENAI	537	624	180	nov/09	out/24
Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	269	284	180	ago/14	dez/29
Lei 12.996/14 - PREVIDENC. PGFN	15.151	15.947	180	ago/14	dez/29
Lei 12.996/14 - OUTROS PGFN	154	162	180	ago/14	dez/29
Adicional SENAI	63	84	60	mai/17	abr/22
Lei 13.496/17 PGFN	8.044	8.321	145	ago/17	jan/30
Ordinário CPRB RFB	5.121	-	60	out/18	set/23
Previdenciário Simplif. RFB	589	-	60	out/18	set/23
Previdenciário PGFN	780	-	60	dez/18	nov/23
Lei 13.496/17 Previd. RFB	-	1.441	24	ago/17	jul/19
Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	-	4.333	24	ago/17	jul/19
TOTAL	34.033	35.034			

Índice de atualização: SELIC

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Controladora e Consolidado

a) Circulante

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
* Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	13.410	17.591
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	13.410	17.591
Banco Daycoval	7.309	6.954
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,53%am	6.455	6.954
EGF - juros de 8,5%aa	854	-
Banco Sofisa	6.000	6.000

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55%am	6.000	6.000
Redasset FIDIC	9	1.355
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,23%am	9	1.355
Banco Safra	3.993	1.639
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,28%am	3.993	1.639
Sicoob	1.078	792
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	1.078	792
Plata FIDIC	310	848
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,19%am	310	848
Creditise FIDIC	81	848
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,15%am	81	848
** D&D Administradora de Bens Ltda.	2.861	-
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	2.861	-
Saldo negativo em contas correntes bancárias	115	254
TOTAL	35.166	35.433

b) **Não Circulante**

	31/12/2018	31/12/2017
** D&D Administradora de Bens Ltda.	111.588	-
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	111.588	-
TOTAL	111.588	-

* A redução do valor da dívida com a BADESC se refere ao ajuste feito no cálculo da correção do valor de acordo com sentença de Juízo de 2º Grau proferida na execução em que são partes a Companhia e Credor. Ver Nota Explicativa nº 30 – Eventos Subsequentes.

** Ver nota explicativa 20 que trata da D&D Administradora de Bens Ltda. e nota explicativa nº 30 – Eventos Subsequentes.

18. **DEBÊNTURES**

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 42.094 mil (31/12/2017 – R\$ 37.461 mil).

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Após regular processamento do feito, a execução encontra-se em fase de discussão do cálculo do montante atualizado da dívida, em razão da divergência de interpretação da sentença pelas partes. A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M.

Para evitar-se quaisquer atos de constrição dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que o acórdão ainda não foi publicado nos autos.

Sendo assim, as partes deverão se manifestar nos sentido de sanar as divergências a respeito do cálculo do montante da dívida atualizado.

Ver Nota Explicativa nº 30 – Eventos Subsequentes.

19. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 112.226 mil (31/12/2017– R\$ 103.717 mil).

19.1. Perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	55.805	31.944
Trabalhistas	1.239	1.897
Cíveis	301	211
TOTAL	57.345	34.052

- a) **Tributárias:** decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas, supostamente pagas a menor pela Companhia.
- c) **Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS – Controladora e Consolidado

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoas Físicas	4.134	2.412	-	
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,52% am. Vencimentos até 15/11/2019	4.134	2.412	-	

* D&D Administradora de Bens Ltda.	-	2.808	-	109.400
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	-	2.808	-	109.400
TOTAL	4.134	5.220	-	109.400

No mês de abril do ano de 2017 a D&D Administradora de Bens Ltda. comunicou à Companhia que os créditos por ela adquiridos de terceiros e posteriormente cedidos, voltaram a ser de sua propriedade, e no mês de agosto concluiu-se a renegociação destes créditos, num acordo entre a Companhia e a D&D.

Pelo acordo formalizado, as partes ajustaram uma redução no montante dos Créditos para um valor atual de R\$ 111.827.753,48, representando uma diminuição de passivos registrados pela Companhia no montante de R\$ 194.020.201,34, ou seja, 63%. O pagamento dos Créditos pela Companhia se dará da seguinte forma: (a) 50% do referido valor em 240 parcelas mensais e iguais, corrigidas pelo INPC, vencendo a primeira no dia 31 de janeiro de 2018; e, (b) os 50% restantes do valor em parcela única, corrigida pelo INPC, com vencimento ao final do pagamento das 240 parcelas citadas na letra anterior. As partes pactuaram que o adimplemento regular das 240 parcelas citadas na letra “a” acima implicará na dispensa de pagamento da parcela citada na letra “b” pela Companhia.

No mês de março de 2018, conforme fato relevante divulgado em 10/03/2018, a D&D Administradora de Bens Ltda. alienou a totalidade das ações de emissão que Companhia até então detidas por ela. A partir desta data, portanto, a D&D Administradora de Bens Ltda. deixa de ser considerada Pessoa Ligada e os débitos foram transferidos para a conta de Empréstimos e Financiamentos.

* Ver Nota Explicativa nº 30 – Eventos Subsequentes.

21. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	114.059	112.999	114.059	112.999
Vendas mercado externo	1.959	975	1.959	975
Serviços mercado interno	104	626	404	926
Efeito adoção Inicial IRFS 15	582	-	582	-
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	116.704	114.600	117.004	114.900
Deduções da receita bruta	(29.641)	(29.914)	(29.678)	(29.950)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	87.063	84.686	87.326	84.950

23. ADOÇÃO INCICIAL IFRS 15

Assim, a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, com efeito de adoção inicial das normas reconhecidas na data da aplicação inicial. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18 e CPC 38 / IAS 39.

A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre os prejuízos acumulados (os impactos relativos aos efeitos de 31/12/2017 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores), bem como no resultado do exercício:

	31/12/2017	31/12/2018	Efeito líquido no resultado
Receita	2.884	2.302	582
Custos	(1.511)	(1.405)	(106)
Tributo ICMS	(385)	(306)	(79)
Tributos PIS/COFINS	(267)	(213)	(54)
Comissões	(71)	(49)	(22)
Efeito líquido	650	329	321

24. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas – Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	27.909	27.264
Matérias primas e embalagens	19.132	17.105
Energia elétrica	9.663	8.963
Gastos gerais de fabricação	8.922	8.234
Comissões representantes	3.470	3.525
Frete	1.204	1.108
Propaganda e promoção de vendas	543	546
Serviços de terceiros	5.791	5.026
Depreciação e amortizações	5.232	5.082
Outros custos e despesas	2.789	4.137
Total	<u>84.655</u>	<u>80.990</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	63.504	59.967
Despesas com vendas	11.521	11.266
Gerais e administrativas	9.584	9.738
Outras despesas operacionais	46	19
	<u>84.655</u>	<u>80.990</u>

b) Resultado financeiro – Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos	154	114
Variação cambial ativa	285	457
Outras receitas	27	5
Total da receita financeira	<u>466</u>	<u>576</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(10.095)	(42.509)
Encargos sobre debêntures	(4.859)	(19.223)
Encargos sobre tributos	(9.556)	(9.625)
Encargos sobre demais contas	(749)	(2.711)
Variação cambial passiva	(55)	(315)
Outras despesas financeiras	(351)	(135)

Total da despesa financeira	25.665)	(74.518)
Resultado financeiro líquido	(25.199)	(73.942)

25. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

No ano de 2018 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizam R\$ 1.887 mil (2017 – R\$ 1.818 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: 68 mil
- b) Diretoria: 1.478 mil
- c) Conselho Fiscal: 341 mil

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(7.530)	63.654
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(3.911)	33.063
TOTAL	(11.442)	96.717
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
TOTAL	4.259	4.259
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	(2,686)	22,709
Ação ordinária	(2,686)	22,709

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos – Consolidado**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	861	88
Contas a receber de clientes	17.498	19.110
Outras contas a receber	3.561	1.171
TOTAL	21.920	20.369

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros – Consolidado**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	146.754	35.433
Obrigações com pessoas ligadas	-	112.208
TOTAL	146.754	147.641

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo consolidado

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	861	861	88	88
Clientes e outras contas a receber	21.059	21.059	20.281	20.281
Empréstimos e financiamento	(146.754)	(146.754)	(35.433)	(35.433)
Fornecedores e outras contas a pagar	(10.960)	(10.960)	(10.408)	(10.408)
Obrigações com pessoas ligadas	(4.134)	(4.134)	(112.208)	(112.208)

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

28. Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Secretaria da Receita Federal - RFB:

- Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018.
- Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018.

Na PGFN:

- c) Demais Débitos – que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018.
- d) Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

No ano foi efetuada por parte da Receita Federal a consolidação destes débitos, sendo verificada assim uma divergência para o cálculo da Companhia no valor R\$ 2.039. Tais efeitos, positivos (o cálculo da RFB ficou a menor), foi reconhecido como ajustes de exercícios anteriores.

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Quitação					
		Descontos	Compensação	Pagamento em espécie			
			BNCSSL/PF	2017	2018	2019	a partir 2020
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	3.372	-
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	736	7.365
Total	95.353	5.925	58.945	9.688	8.180	5.250	7.365

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES – PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2.019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2.019.

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2.006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

CREDOR	CLASSE	VALOR
--------	--------	-------

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SC S/A - BADESC	GARANTIA REAL	13.545.981,10
D&D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.	GARANTIA REAL	44.318.031,66
PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A (AGENTE DEBÊNTURES)	QUIROGRAFÁRIOS	42.581.952,94
VLADIMIR ESTANISLAU WALENDOWSKY	QUIROGRAFÁRIOS	2.607.717,10
D&D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.	QUIROGRAFÁRIOS	70.213.890,18
TOTAL		173.267.572,98

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no próprio Plano.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

31. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Brusque, 21 de março de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente
HEITOR RODOLFO DE SOUZA - Conselheiro
JAIR PACHECO - Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente
MARCIO LUIZ BERTOLDI - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI
CRC SC 023.517/O-3